

Bacharelado em Ciências Contábeis nas universidades federais brasileiras: uma análise discriminante de sua formação social e técnica

Bachelor in accounting in the brazilian federal universities: a discriminant analysis of their social and technical formation

O artigo foi apresentado no IV Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis – AdCont, em outubro de 2013, Rio de Janeiro (RJ).

RESUMO

O Bacharelado em Ciências Contábeis no Brasil possui 50% dos conteúdos presentes em sua grade curricular definidos pela Resolução CNE/CES n.º 10/2004, sendo o restante determinado pela instituição que o oferece. As áreas inseridas entre as regulamentações da resolução citada visam uma formação prioritariamente técnica, cabendo às Instituições de Ensino Superior (IES) incluir conteúdos que vão além do exclusivismo técnico, comprometendo-se com uma formação coerente com a própria definição do campo das ciências sociais do qual a Ciência Contábil faz parte. Neste caminho, para uma formação social dos seus ingressos, algumas IES oferecem a possibilidade de participação em Projetos de Extensão, o que foi considerado fundamental nos resultados da pesquisa. Ademais, as disciplinas com enfoque social se fazem necessárias na formação acadêmica de todas as profissões, já que é por meio delas que se constrói um profissional mais completo, apto a enfrentar as adversidades de uma sociedade tão complexa em demandas. Por esse motivo, o estudo possui caráter relevante, pois na profissão contábil isso se torna ainda mais necessário, visto que as informações geradas pelos contabilistas são de grande importância para a tomada de decisão nas instituições e precisam ser pautadas pela ética e responsabilidade. Portanto, buscou-se identificar a oferta de disciplinas cujos conteúdos não estão previstos na resolução citada, procurando relacioná-los com a formação social dos futuros bacharéis em Contabilidade. Por meio de uma análise discriminante, observou-se que o índice de enfoque social trabalhado nas universidades federais brasileiras é baixo. Diante disso, mostra-se necessária uma ação conjunta entre IES e estudantes para inversão do quadro.

Palavras-chave: Ciências Contábeis. Formação Social. Projetos de Extensão.

ABSTRACT:

The Bachelor in Accounting in Brazil has 50% of the content in the curriculum defined by Resolution CNE / CES 10/2004, the remainder is determined by the institution offering it. The areas inserted among the regulations of the mentioned resolution aimed primarily technical training, being the responsibility of higher education institutions (HEIs) to include contents that go beyond technical exclusivism, being committed to a formation consistent with the definition of the social sciences which is part. In order to provide a social formation to their academics, some HEIs offer the possibility of participation in Extension Projects, so these ones were keys in the search results. Furthermore, the weight of disciplines with social focus is needed in academic formation of all professions, since it is through them that it is built a more complete professional, able to face the adversities of a society so complex in demands. That's why this study has a relevant character, as in the accounting profession it becomes even more necessary as the information generated by accountants are of great importance for decision making in institutions and need to be guided by ethics and responsibility. Therefore, we tried to identify the range of disciplines whose contents are not included in the mentioned resolution, trying to relate them with the social formation of future graduates. Through discriminant analysis, it was observed that the rate of social approach worked in the Brazilian federal universities in general is low. Thus, it is necessary a joint action between HEIs and students to reverse the situation.

Keywords: Accounting. Social Formation. Extension's Projects.

Veronica Silva Ricardo

Universidade Federal de Viçosa.
Contato: Departamento de Administração e Contabilidade Universidade Federal de Viçosa.
Av. Peter Henry Rolfs s/n, Campus Universitário, CEP: 36570-900, Viçosa/MG.
E-mail: veronica.ricardo@hotmail.com.

Rafael Morais Pereira

Universidade Federal de Viçosa.
Contato: Departamento de Administração e Contabilidade Universidade Federal de Viçosa.
Av. Peter Henry Rolfs s/n, Campus Universitário, CEP: 36570-900, Viçosa (MG).
E-mail: rafael.morais12@hotmail.com.

Fernanda Maria de Almeida

Universidade Federal de Viçosa.
Contato: Departamento de Administração e Contabilidade Universidade Federal de Viçosa.
Av. Peter Henry Rolfs s/n, Campus Universitário, CEP: 36570-900, Viçosa (MG).
E-mail: fernanda.almeida@ufv.br.

Rodrigo Gava

Universidade Federal de Viçosa.
Contato: Departamento de Administração e Contabilidade Universidade Federal de Viçosa.
Av. Peter Henry Rolfs s/n, Campus Universitário, CEP: 36570-900, Viçosa (MG).
E-mail: rgava@ufv.br.

Carla de Souza Cruzato

Universidade Federal de Viçosa.
Contato: Departamento de Administração e Contabilidade Universidade Federal de Viçosa.
Av. Peter Henry Rolfs s/n, Campus Universitário, CEP: 36570-900, Viçosa (MG).
E-mail: carlacruzato@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O curso de graduação em Contabilidade foi instituído no Brasil, na modalidade de bacharelado, em 1945, com a denominação Ciências Contábeis e Atuariais, iniciando sua primeira turma na Universidade de São Paulo. Posteriormente, foi desmembrado constituindo o Bacharelado em Ciências Contábeis e o Bacharelado em Ciências Atuariais. Atualmente, o curso de Ciências Contábeis almeja formar um profissional habilitado a entender as demandas científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, tanto em domínio nacional quanto internacional e em qualquer entidade em que venha a atuar. Do contador também é esperada a capacidade de exercer todas as responsabilidades funcionais a ele auferidas, e, perante a capacidade crítico-analítica adquirida, avaliar e usar as inovações tecnológicas relacionadas às suas funções no cotidiano organizacional (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO / CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2004).

Para que os objetivos de formação sejam atingidos, e seguindo orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais, o curso deve ter 50% de suas áreas de estudo definidas. Essas estão contidas na Resolução CNE/CES nº. 10/04, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Dessa forma, as Instituições de Ensino Superior (IES) também têm liberdade para adequar os conteúdos que serão oferecidos às necessidades do mercado, às demandas da sociedade e aos interesses dos alunos. As áreas inseridas entre as regulamentações da resolução citada visam uma formação prioritariamente técnica, caracterizada por temas voltados à formação profissional básica, cabendo às IES incluírem conteúdos que vão além do exclusivismo técnico, passando a se comprometer com uma formação coerente com a própria definição do campo das ciências sociais do qual a Contabilidade faz parte. Desse modo, conteúdos com abordagens que ampliem a formação social e ético-cidadã seriam parte da formação do profissional contábil.

Neste caminho, para uma formação social dos seus ingressos, algumas IES oferecem a possibilidade de participação em Projetos de Extensão. Esses têm como finalidade aplicar na comunidade o desenvolvimento de pesquisas e novos conhecimentos gerados em seus departamentos acadêmicos, com o intuito de melhorar a realidade das instituições e populações assistidas. Essa oportunidade é capaz de ampliar as possibilidades de aprendizado por permitir a interação entre o ambiente acadêmico e o comunitário, auxiliando a constituição de um profissional com expectativa de compromisso ético e socialmente responsável.

Na graduação de todas as profissões, as disciplinas com enfoque social se fazem necessárias, já que é por meio delas que se constrói um profissional mais completo, apto a enfrentar as adversidades de uma sociedade tão complexa em demandas. Essa formação aplicada ao desenvolvimento social pode capacitar um agente/profissional atento às mudanças sociais e habilitado a iniciar transformações no meio social (EVANGELISTA, 2012). Desse modo, o estudo possui um caráter relevante, pois na profissão contábil isso se torna ainda mais necessário, visto que as informações geradas pelos contabilistas são de grande importância para a tomada de decisão nas instituições e, por esse motivo, precisam ser pautadas pela ética e responsabilidade.

Considerando que essas disciplinas e a participação em ações extensionistas têm grande relevância na formação do profissional contábil, nesta pesquisa indagou-se: qual o enfoque social apresentado pelo curso de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior (IES) Brasileiras?

O intuito do estudo foi identificar o grau de enfoque social apresentado pelo curso de Ciências Contábeis das Universidades Federais Brasileiras, a partir dos conteúdos oferecidos no Bacharelado em Ciências Contábeis que não estão previstos na Resolução CNE/CES nº. 10/2004. A análise foi feita a partir das ementas das disciplinas presentes nos cursos ofertados por essas instituições.

Esta pesquisa proporciona benefícios práticos ao identificar o enfoque social apresentado pelos cursos de Ciências Contábeis nas Universidades Federais Brasileiras, propondo uma função discriminante que pode ser utilizada como método de identificação do enfoque social do mesmo curso, mas em outras Instituições de Ensino Superior (IES).

Para tanto se objetivou, de forma intermediária, distinguir as disciplinas com conteúdos baseados nas áreas de estudo, propostas pela Resolução, daquelas que são unicamente definidas pela instituição; classificar as últimas com base nos aspectos responsabilidade social, gestão ética, relações interpessoais e desenvolvimento sustentável, que representam uma abordagem social e, por fim, determinar este enfoque nos cursos, por meio de uma função discriminante estimada, a partir da perspectiva de projetos de extensão.

2 A EVOLUÇÃO DO ENSINO DA CONTABILIDADE NO BRASIL

A contabilidade surgiu, de forma rudimentar, quando a espécie humana adquiriu a capacidade de contar. Era usada, por exemplo, pelos homens primitivos para a contagem dos instrumentos de caça e pesca. Depois evoluiu um pouco com o surgimento das trocas, mas apenas com a ascensão do capitalismo seu desenvolvimento ocorreu de forma mais intensa. Seu início como disciplina independente deu-se na Itália, a partir do século XIII, quando a atividade mercantil, econômica e cultural estava se ampliando com grande intensidade (IUDÍCIBUS, 2009).

Segundo Iudícibus (2009), a primeira instituição especializada em contabilidade no Brasil foi a Escola de Comércio Álvares Penteado, em São Paulo, criada em 1902. Entretanto, apenas em 1945, pela Lei nº. 7.988, houve a instalação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais. Seu funcionamento foi autorizado em 1946, pelo Decreto nº. 15.601, na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (USP).

Em 1951, a Lei nº. 1.401 decretou que o Curso de Ciências Contábeis e Atuariais poderia ser desmembrado, e em seu término formaria, respectivamente, o bacharel em ciências contábeis e o bacharel em ciências atuariais. Dispôs, também, sobre as disciplinas básicas que deveriam ser cursadas para obtenção de tais títulos (BRASIL, 1951).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei 9.394) assegurou ao ensino superior maior flexibilidade na organização curricular dos cursos. A partir disso as resoluções específicas a cada curso poderiam apenas recomendar as áreas de estudo e outras vivências de ensino-aprendizagem que deveriam compor as ementas destes, a fim de evitar ao máximo a especificação de conteúdos e cargas horárias, sendo que a definição não poderia exceder 50% da carga horária total. (BRASIL, 1997).

Miranda, Riccio e Miranda (2011, p. 3) reiteram que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) “se constituem em orientações para a elaboração dos currículos que buscam assegurar a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes”. Dessa forma, a LDBEN vem como meio de garantir às IES liberdade para adequar os cursos que oferecem às demandas sociais e regionais, garantindo assim a formação de profissionais qualificados.

Antes da criação da LDBEN, haviam sido feitos e editados vários pareceres, resoluções e outras leis que alteravam os currículos mínimos obrigatórios no curso, sua duração e disposições afins. Mesmo com a criação dessa lei, houve novas edições na legislação que modificavam as diretrizes do curso ou reviam mudanças já propostas. A resolução mais atualizada que propõe as áreas de estudo, as quais todos os cursos de Ciências Contábeis do Brasil devem contemplar, é a Resolução CNE/CES 10/2004. Ressalta-se que esse normativo não define as disciplinas que devem ser ministradas no curso e, sim, os campos de estudo que nortearão algumas das disciplinas a serem formuladas pelas IES. Além disso, a lei prevê que esses conteúdos transmitam conhecimentos sobre o cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, para propiciar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, de acordo com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e pelas peculiaridades dos órgãos governamentais. Ela trata, ainda, do perfil esperado do graduado e das competências e habilidades dele desejadas.

Segundo Teixeira *et. al.* (2012) as tomadas de decisões empresariais sempre são norteadas por informações geradas pela contabilidade, sejam elas focada em custos, vendas, prazos, estratégias, entre outras. Nesse contexto, os conteúdos que devem ser abordados no Bacharelado em Ciências Contábeis são:

I – conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística; II – conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado; III – conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Opativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO / CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2004, p. 3).

Essas abordagens visam à formação técnica do profissional, ou seja, objetivam dar embasamento para as atividades que serão realizadas no cotidiano da profissão. A seguir, apresenta-se a formação social esperada do profissional contábil.

3 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO SOCIAL

A Resolução CNE/CES 10/2004 prevê que o profissional contábil a ser formado tenha habilidades e competências suficientes para desenvolver, com motivação e iniciativa, a direção entre grupos multidisciplinares; gerar e divulgar informações contábeis, com reconhecido grau de precisão; atuar baseado na ética e proficiência que lhe são cabíveis e determinadas por meio da legislação específica, adequando-se aos diferentes modelos organizacionais (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO / CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2004).

Para o desenvolvimento dessas habilidades é necessário que o curso aborde também o âmbito social, o qual será capaz de moldar o perfil do profissional a ser formado. Nesse contexto, a extensão se mostra relevante, sendo definida como “um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (FÓRUM, I ENCONTRO NACIONAL, 1987).

Dessa maneira, a extensão na vida acadêmica se configura como o elo entre o ensino universitário e as demandas da sociedade, tornando-se assim um âmbito de intervenção social para a construção do saber. Portanto, teoria e prática precisam ser eixos indissociáveis na formulação de conhecimento, para que os alunos possam meios de engrandecer sua formação universitária e, juntamente, trazer respostas aos problemas sociais (CABRAL, 2002, *apud* TEIXEIRA, TEIXEIRA e VILAÇA, 2003).

Além disso, observa-se que o aumento do desemprego e as mudanças nas relações de trabalho têm-se originado principalmente do processo de globalização, das fracas políticas governamentais e da desagregação dos valores ético-morais (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 1998). Por esses motivos, deseja-se que as formações escolares possam ir além da difusão de conteúdos genuinamente técnicos e introduzam também outros com enfoque social e ético.

Essa abordagem se torna ainda mais relevante na área contábil, quando se observa que os atores de grandes fraudes corporativas, como o escândalo da Enron, estavam suficientemente capacitados, no entanto não possuíam os valo-

res éticos necessários a sua profissão. Diante disso, nota-se que é preciso rever os modelos de educação que preparam os executivos (KLIKSBERG, 2010 *apud* SILVA, 2011).

Nesse sentido, flui a necessidade de abordar conteúdos como a Responsabilidade Social em diversos cursos e, em especial, no de Ciências Contábeis. No entanto, tal conceito ainda é novo e difícil de ser definido. Segundo Silva (2011) é relativamente consensual que o constructo 'responsabilidade social' deva estar direcionado para discussões que envolvam conteúdos como a responsabilidade ambiental, transparência, governança, diálogo, gestão ética, desenvolvimento sustentável e redução das desigualdades sociais, estando todos esses tópicos inseridos em contextos que vão além da cadeia produtiva e busquem afetar de forma positiva a sociedade em geral.

Várias pesquisas apresentam o papel importante que a extensão assume frente à sociedade; diante disso, observa-se que os cursos atrelados a esse tipo de atividade possibilitam uma formação global ao aluno, voltada, sobretudo, para o constructo social. Tal importância é reiterada por Seixas, Correia e Nogueira (2008, p. 2), ao afirmarem que a extensão, "além de ser um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social, é considerada como instrumentalizadora do processo dialético de teoria/prática".

Silva (2011) propôs a introdução de conteúdos voltados para a formação social nos cursos da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidad Nacional de Rosario (UNR), indicando temas como Gestão Social, Ética no Funcionalismo Público, Responsabilidade Social Corporativa e Ética Profissional, para serem incorporados nas ementas de disciplinas específicas já existentes. Segundo o autor, essa implementação foi apenas um primeiro passo, pois conteúdos como os citados devem ser incluídos em todos os cursos da Instituição, devendo haver, inclusive, modificações nas propostas tendo em vista as demandas sociais que surgem a todo instante.

A legislação atual não prevê a obrigatoriedade de conteúdos com enfoque social, deixando a cargo das IES sua inclusão ou não no Curso de Ciências Contábeis. Todavia, é notória sua importância na formação do futuro profissional contábil. Visto que, segundo Portronieri, Elias e Fonseca (2009, p. 10), "atrelar ao conhecimento científico e tecnológico o conteúdo social, bem como a realidade política e cultural permite aos alunos uma visão mais palpável da futura atuação profissional".

Entretanto Andere e Araujo (2008) estudaram a formação do professor de Contabilidade a partir de quatro áreas: (a) prática; (b) técnico-científica; (c) pedagógica; e (d) social e política, examinando as percepções dos coordenadores dos Programas de Pós-Graduação (*stricto sensu*) na área contábil e dos discentes desses cursos. Concluiu-se que os programas focam a formação de pesquisadores com conhecimentos teóricos e específicos da área contábil, direcionados, principalmente, para a pesquisa científica, e que a formação social e política foi considerada pouco incentivada por tais programas. Conhecendo a importância da formação social e política, os autores propõem maior envolvimento na estrutura desses programas com atividades, conteúdos ou disciplinas, que visem conhecimentos dessa área, a fim de propiciar condições de compreensão do mundo e da participação dentro dele.

Esse estudo se propõe a identificar o grau de enfoque social trabalhado no Bacharelado de Ciências Contábeis, utilizando, como constructo, os conteúdos voltados para a responsabilidade social, gestão ética, relações interpessoais e desenvolvimento sustentável.

4 METODOLOGIA

Para a classificação da pesquisa, utilizam-se como base os conceitos expostos por Vergara (2005). Quanto aos fins, apresenta caráter descritivo, por expor as características atuais das disciplinas do curso de Ciências Contábeis que não têm seus conteúdos entre os previstos pela Resolução CNE/CES 10/2004.

Houve também uma abordagem predominantemente quantitativa, pois, segundo Roesh (1999, p. 122), esse "método enfatiza a utilização de dados padronizados que permitem ao pesquisador elaborar sumários, comparações e generalizações". Tendo em vista que a pesquisa definiu uma equação capaz de classificar os cursos com elevado ou baixo grau de enfoque social, a partir do observado em oito Universidades Federais Brasileiras, esse tipo de abordagem se mostrou mais adequado.

Segundo o *site* do Ministério da Educação – MEC (2012), atualmente estão em andamento, em média, 1.260 cursos de Ciências Contábeis no Brasil. Estes são oferecidos por IES públicas e privadas, em modalidades distintas: presencial e a distância. Optou-se, por acessibilidade, amostrar apenas os cursos que são ofertados nas Universidades Federais do País.

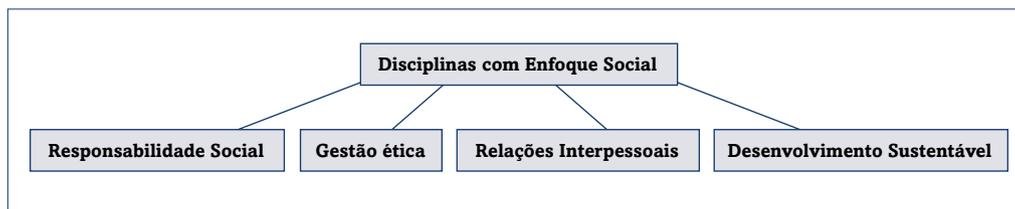
Entre as 59 Universidades Federais, 37 oferecem o curso na modalidade presencial e a matriz curricular, assim como as ementas das disciplinas, constituiu as unidades de análise do estudo. Para a composição da amostra, definiram-se 32 IES, visto que estas disponibilizam em seus respectivos *sites* a matriz curricular do bacharelado e as ementas das disciplinas de forma completa, corroborando, assim, com os propósitos da pesquisa.

Para atingir o objetivo foi promovido o levantamento de dados por meio documental a partir da matriz curricular de cada um dos 32 cursos de Ciências Contábeis oferecidos nas respectivas Universidades Federais Brasileiras. A pesquisa bibliográfica foi feita por meio de livros, periódicos e legislações pertinentes ao assunto.

Após a coleta de dados, as disciplinas que compõem a matriz curricular de cada curso foram separadas entre as que têm seus conteúdos relacionados aos propostos pela Resolução CNE/CES 10/04 e as demais.

As disciplinas que não se enquadraram nas propostas da Resolução citada tiveram suas ementas analisadas e, assim, foram classificadas como de caráter puramente técnico ou social, sendo estas últimas subdivididas em quatro categorias distintas de acordo com o constructo de enfoque social utilizado na pesquisa (Figura 1).

Figura 1: Classificação das disciplinas que apresentam Enfoque Social.



Fonte: Elaborada pelos autores.

Dessa forma, as disciplinas, após a análise de suas ementas, foram classificadas e separadas em cinco variáveis independentes, que seriam: Responsabilidade Social – X_1 ; Gestão Ética – X_2 ; Relações Interpessoais – X_3 ; Desenvolvimento Sustentável – X_4 ; e disciplina com enfoque puramente Técnico – X_5 .

Em seguida os dados foram tabulados eletronicamente e estudados por meio da Análise Discriminante. Como destacam Corrar e Theóphilo (2004, p. 152) “essa técnica usa informações disponíveis de variáveis métricas independentes, para estimar um valor de uma variável dependente categórica”. Isto é, cria-se uma equação linear chamada função discriminante, apropriada para determinar a qual grupo pertence a variável dependente. No caso, a variável explicada será IES com elevado grau de Enfoque Social (Grupo 1) ou com baixo grau de Enfoque Social (Grupo 2).

Para isso, a amostra envolveu oito Universidades Federais Brasileiras, sendo calculada com um nível de confiança de 95%, desvio-padrão amostral de 4,097037 e erro da estimativa de 2,7183. De cada universidade amostrada foi coletada a quantidade de Projetos de Extensão vinculados ao curso ou ao Departamento de Ciências Contábeis, nos anos de 2012 e 2013. A média dessas observações foi de 3,25 projetos de extensão. Quando o curso estava atrelado a mais projetos de extensão do que a média, ele foi classificado como pertencente ao Grupo 1 e, no caso contrário, ao Grupo 2. O resultado apresentado por essa amostra inicial permite que seja estimada uma função discriminante capaz de segregar o curso de Ciências Contábeis das outras IES como pertencente ao Grupo 1 ou 2.

Foi utilizado o programa Stata@Statistics/Data Analysis 11.2, para, com base nas oito amostras, determinar uma equação do tipo:

$$Z = a + b_1X_1 + b_2X_2 + b_3X_3 + b_4X_4 + b_5X_5. \quad (\text{Equação 1})$$

Essa função é capaz de determinar se um Bacharelado em Ciências Contábeis pertence ao Grupo 1 ou 2, com um nível de confiança de 95%, tendo como base somente as variáveis independentes X_1 , X_2 , X_3 , X_4 e X_5 . O resultado da função para cada observação é chamado de Escore Discriminante e seu valor é comparado ao Escore Crítico, para indicar a qual grupo a observação pertence. O Escore Crítico, para grupos de tamanhos distintos, é chamado Ponto de Corte Ótimo e calculado pela média ponderada dos grupos. Isto é, encontram-se os centroides (médias) dos grupos 1 e 2 e calcula-se o Ponto de Corte Ótimo. (CORRAR e THEÓPHILO, 2004). Logo, observações maiores do que o Escore Crítico pertencerão a um grupo determinado e menores, ao outro grupo.

Porém, para que a função discriminante seja realmente válida, é preciso que a porcentagem de observações por ela predita de maneira correta seja maior do que as chances de acerto sem a utilização da função. Para isso, pode-se utilizar o Critério de Chance Proporcional:

$$C_{pro} = p^2 + (1-p)^2 \quad (\text{Equação 2})$$

na qual C_{pro} é critério de chance proporcional, p é a proporção de observações do Grupo 1 e $(1-p)$, a proporção de observações do Grupo 2 (CORRAR e THEÓPHILO, 2004).

Portanto, se a função obtida nesta pesquisa tiver seu percentual de classificação correta maior do que o obtido pelo Critério da Chance Proporcional, ela será válida e poderá ser utilizada para classificar os demais cursos das Universidades Federais Brasileiras e qualquer outro Bacharelado em Ciências Contábeis como sendo de elevado grau de Enfoque Social ou baixo grau de Enfoque Social.

5 RESULTADOS

Para criar um modelo de classificação entre os cursos com elevado ou baixo grau de enfoque social, os dados da amostra de oito universidades foram, inicialmente, coletados e inseridos no Stata@Statistics/Data Analysis 11.2. Esse número de observações foi calculado para uma população finita com desvio-padrão desconhecido. A amostra, definida aleatoriamente, foi composta pelas Universidades Federais de Viçosa (UFV), Espírito Santo (UFES), Juiz de Fora (UFJF), Minas Gerais (UFMG), Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Rural do Semi-Árido (UFERSA), Sergipe (UFS) e Rio Grande do Norte (UFRN). Essas IES apresentam em seus endereços eletrônicos um mecanismo de busca capaz de listar os projetos de extensão vinculados ao curso de Ciências Contábeis ou ao departamento ao qual estão relacionados. Cada uma

delas tinha vinculados ao curso ou ao departamento, respectivamente, 9; 0; 0; 2; 4; 0; 1 e 10 projetos de extensão nos anos de 2012 e 2013. Baseando-se na média de projetos de extensão (3,25), a amostra teve três cursos pertencentes ao grupo 1 (UFV, UFVJM e UFRN) e cinco, ao grupo 2 (UFES, UFJF, UFMG, UFERSA e UFS), conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Classificação dos cursos conforme seu número de Projetos de Extensão.

| Instituição | X1 | X2 | X3 | X4 | X5 | Projetos de Extensão | Grupo |
|-------------|----|----|----|----|----|----------------------|-------|
| UFRN | 0 | 4 | 2 | 0 | 19 | 9 | 1 |
| UFVJM | 0 | 1 | 7 | 1 | 16 | 4 | 1 |
| UFV | 0 | 1 | 19 | 3 | 34 | 10 | 1 |
| UFES | 2 | 3 | 4 | 1 | 18 | 0 | 2 |
| UFJF | 2 | 2 | 1 | 0 | 15 | 0 | 2 |
| UFMG | 2 | 1 | 5 | 1 | 29 | 2 | 2 |
| UFERSA | 1 | 2 | 3 | 0 | 10 | 0 | 2 |
| UFS | 0 | 2 | 7 | 0 | 14 | 1 | 2 |

Fonte: Elaborada pelos autores.

A quantidade de Projetos de Extensão vinculados ao curso ou departamento de Ciências Contábeis dessas universidades foi utilizada para uma classificação inicial das instituições. A partir desta, o programa pode estimar a função discriminante capaz de classificar os cursos no Grupo 1 ou 2 utilizando o enfoque de suas disciplinas não previstas na Resolução CNE/CES 10/2004. Nessa amostra, a média de disciplinas abordando: 'Responsabilidade Social' – X_1 foi 0,875; 'Gestão Ética' – X_2 , 2; 'Relações Interpessoais' – X_3 , 6; 'Desenvolvimento Sustentável' – X_4 , 0,75. Já a média das disciplinas com enfoque puramente Técnico – X_5 foi de 19,375.

Com base nos dados da Tabela 1 foi estimada a Função Discriminante:

$$Z = 5,965988 - 5,215326X_1 - 0,1509267X_2 - 1,285079X_3 + 6,593287X_4 + 0,0859244X_5.$$

Após a estimação da Função Discriminante, determinou-se a Tabela 2 para a classificação dos grupos, sendo que, a partir dela, tornou-se possível prever quais observações foram classificadas corretamente pela função discriminante, ou seja, foram preditas como pertencentes a tal grupo e realmente a ele pertenciam.

Tabela 2 – Classificação da Função Discriminante.

| Grupos Originais | Grupos Preditos | | Total |
|------------------|-----------------|---|-------|
| | 1 | 2 | |
| 1 | 3 | 0 | 3 |
| 2 | 0 | 5 | 5 |
| Total | 3 | 5 | 8 |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Pela relação apresentada, tem-se que das 3 amostras originais do Grupo 1 todas foram classificadas corretamente pela função estimada, ou seja, 100%. Analisando o outro grupo, nota-se que 5 observações foram classificadas no Grupo 2 e a ele pertenciam.

Considerando a classificação geral, observa-se que todas as amostras foram preditas como sendo do mesmo grupo a que pertencem, o que indica um percentual total de classificação correta de 100%. Dessa forma, a função discriminante estimada pelo modelo foi capaz de prever, corretamente, todas as observações da amostra inicial.

O Critério da Chance Proporcional foi 53,125%, que configura o mínimo desejado para a validação da função. Comparando esse valor com o percentual de acerto obtido, nota-se que a função estimada é adequada para classificar os cursos de Ciências Contábeis naqueles que possuem elevado grau de Enfoque Social (Grupo 1) ou baixo grau de Enfoque Social (Grupo 2). Isso porque o poder de predição do modelo foi de 100%, que é maior do que os 53,125% exigidos.

Essa função discriminante pode ser utilizada para a classificação de cursos de Ciências Contábeis de outras instituições. Para isso, é preciso comparar o resultado obtido na equação com o Ponto de Corte Ótimo, de 1,774950297. Comparando-o com os centroides, podem-se classificar as amostras como pertencentes ao Grupo 1, quando seu Escore Discriminante for maior do que o Ponto de Corte Ótimo apresentado, e ao Grupo 2, quando menor.

Nessa perspectiva, foi possível analisar o enfoque social dos cursos de Ciências Contábeis das demais Universidades Federais Brasileiras que não se encontravam na amostra utilizada para estimar a função. São elas: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Fundação Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Fundação Universidade Federal do Maranhão (UFMA),

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Fundação Universidade Federal do Piauí (UFPI), Fundação Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), Fundação Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

A análise discriminante dessas universidades foi feita e, a partir do resultado obtido na função discriminante (Escore discriminante) e sua comparação com o Ponto de Corte Ótimo, determinou-se a qual grupo elas pertencem. A Tabela 3 demonstra esse resultado, separando as Universidades por região brasileira.

Tabela 3 – Classificação individual de cada observação por região brasileira.

| Região Sudeste | | | | | | | |
|---------------------|----|----|----|----|----|----------------------|-------|
| Instituição | X1 | X2 | X3 | X4 | X5 | Escore Discriminante | Grupo |
| UFSJ | 1 | 1 | 6 | 2 | 8 | 6,7632305 | 1 |
| UFF | 0 | 1 | 7 | 0 | 21 | -1,3760793 | 2 |
| UFU | 4 | 3 | 8 | 1 | 12 | -18,0043483 | 2 |
| Região Norte | | | | | | | |
| Instituição | X1 | X2 | X3 | X4 | X5 | Escore Discriminante | Grupo |
| UNIR | 0 | 2 | 5 | 1 | 13 | 6,9490438 | 1 |
| UFRR | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 6,2237612 | 1 |
| UFT | 0 | 1 | 3 | 0 | 13 | 3,0768415 | 1 |
| UFAM | 1 | 1 | 1 | 0 | 14 | 0,5175979 | 2 |
| Região Nordeste | | | | | | | |
| Instituição | X1 | X2 | X3 | X4 | X5 | Escore Discriminante | Grupo |
| UFPB | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 6,39561 | 1 |
| UFAL | 0 | 2 | 2 | 0 | 7 | 3,6954474 | 1 |
| UFPI | 1 | 2 | 3 | 1 | 23 | 5,1631198 | 1 |
| UFC | 1 | 1 | 6 | 0 | 9 | -6,3374191 | 2 |
| UFMA | 0 | 2 | 5 | 0 | 6 | -0,245714 | 2 |
| UFPE | 2 | 0 | 4 | 0 | 25 | -7,45687 | 2 |
| UFBA | 3 | 1 | 10 | 0 | 27 | -20,3617479 | 2 |
| Região Centro-Oeste | | | | | | | |
| Instituição | X1 | X2 | X3 | X4 | X5 | Escore Discriminante | Grupo |
| UFG | 1 | 1 | 1 | 2 | 10 | 13,3604743 | 1 |
| UFMT | 0 | 1 | 3 | 0 | 4 | 2,3035219 | 1 |
| UnB | 0 | 5 | 29 | 0 | 85 | -24,7523625 | 2 |
| UFMS | 0 | 1 | 4 | 0 | 4 | 1,0184429 | 2 |
| UFGD | 2 | 1 | 4 | 1 | 15 | -1,8737537 | 2 |
| Região Sul | | | | | | | |
| Instituição | X1 | X2 | X3 | X4 | X5 | Escore Discriminante | Grupo |
| FURG | 0 | 1 | 0 | 1 | 10 | 13,2675923 | 1 |
| UFRGS | 0 | 1 | 2 | 1 | 22 | 11,7285271 | 1 |
| UFSC | 0 | 1 | 1 | 1 | 27 | 13,4432281 | 1 |
| UFSM | 2 | 1 | 5 | 1 | 51 | -0,0655543 | 2 |
| UTFPR | 1 | 1 | 3 | 0 | 13 | -2,1384845 | 2 |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Pode-se observar, pelos valores das variáveis, que as universidades oferecem números distintos de disciplinas não previstas na Resolução CNE/CES 10/2004. Isso porque essas podem estar entre as obrigatórias aos alunos, impostas

pela instituição, ou ser eletivas, isto é, entre uma lista de disciplinas o aluno escolhe quais cursará, em número determinado pela IES, gerando a diferença na quantidade.

Com base nos resultados obtidos com a análise discriminante, a região brasileira que mais possui cursos de Ciências Contábeis com elevado grau de enfoque social é a Norte. Lá, 75% dos cursos foram preditos como integrantes do Grupo 1.

As regiões Nordeste e Centro-Oeste aparecem com 42,9% e 40,0%, respectivamente, de seus cursos classificados com elevado grau de enfoque social. Já o Sudeste possui 37,5% dos bacharelados oferecidos em suas universidades federais pertencentes ao Grupo 1. O Nordeste apresentou quatro IES com esse resultado, e o Sudeste, três, incluindo as universidades da amostra inicial. É interessante observar que, na Região Nordeste, a UFPB não oferece nenhuma disciplina com enfoque social e apenas cinco com enfoque puramente técnico. Isso indica que, mesmo o curso não possuindo alto número de disciplinas sociais, ele pode ser considerado com elevado enfoque social, já que as disciplinas técnicas obtiveram um coeficiente positivo na função discriminante, assim como as disciplinas que trabalharam com desenvolvimento sustentável.

Por esse motivo, é possível inferir que muitas disciplinas abordando responsabilidade social, gestão ética e relações interpessoais não garantem que o curso será classificado como de elevado grau de enfoque social. Logo, o significativo número de projetos de extensão não está diretamente ligado à grande oferta de disciplinas com enfoque social. Vale ressaltar que a equação, que possibilitou essas interpretações, foi estimada com base na amostra das oito universidades já citadas. Portanto, com amostras diferentes, a função discriminante poderia também ser distinta.

A Região Sul apresentou três de seus cinco cursos de Ciências Contábeis analisados com elevado grau de enfoque social, 60%. Já no país, como um todo, nota-se que 46,875% dos cursos oferecidos em universidades federais pertencem ao Grupo 1, incluindo a amostra inicial de oito universidades.

Como demonstrado no trabalho, a formação social do profissional contábil é relevante para que ele esteja atento às realidades vivenciadas em seu cotidiano e possua a sensibilidade de formular respostas a essas questões de forma ético-cidadã. Diante disso, percebeu-se que as Universidades Federais Brasileiras possuem sensibilidade limitada a essa necessidade, visto que o nível de enfoque social trabalhado no curso de Ciências Contábeis pôde ser considerado reduzido.

6 CONCLUSÕES

Tendo como objetivo de estudo a identificação do grau de enfoque social apresentado pelo curso de Ciências Contábeis das Universidades Federais Brasileiras, notou-se, por meio da análise discriminante desenvolvida, que o índice de enfoque social trabalhado por essas instituições no referido curso, em geral, é baixo. Observou-se que 17 das 32 IES apresentaram um baixo grau de enfoque social.

Por outro lado, foi constatado que o fato de determinado curso oferecer muitas disciplinas com abordagens sociais pode não classificá-lo necessariamente como uma graduação com elevado Enfoque Social. Isso se dá porque na função discriminante as disciplinas que trabalharam com responsabilidade social, gestão ética e relações interpessoais obtiveram coeficientes negativos. Esse fato faz com que o escore discriminante da observação seja baixo e leve o curso a ser classificado no Grupo 2 – Baixo Grau de Enfoque Social. O inverso também é cabível, pois um curso com muitas disciplinas tecnicistas pode ser classificado como pertencente ao Grupo 1 – Elevado Grau de Enfoque Social, já que essa variável obteve coeficiente positivo, porém esse teve módulo bem inferior ao dos coeficientes já citados.

A partir dessa relação, pode-se inferir que a formação social de um estudante não está voltada apenas para disciplinas que contenham tal enfoque. A presença delas é, sim, de grande importância, como já afirmado por Portronieri, Elias e Fonseca (2009), visto ser necessário o diálogo entre os conteúdos sociais e as outras disciplinas para possibilitar uma formação que torne os estudantes aptos a responder às demandas sociais brasileiras. Entretanto, a participação em outras atividades vem como complemento para tal formação. A opção por um curso que obteve uma classificação de elevado grau de Enfoque Social pode proporcionar um profissional mais atento e preparado para as demandas atuais da sociedade. Contudo, nem sempre é possível ao aluno escolher em qual instituição irá estudar, o que pode envolver problemas de ordem financeira, migratória, entre outros. No entanto, foi observado que a maioria das instituições oferece disciplinas obrigatórias, além das definidas pela Resolução CNE/CES 10/2004, e uma gama de disciplinas eletivas. Logo, se o aluno não puder ingressar em uma IES considerada de elevado grau de enfoque social, cabe a ele, ciente da importância dessa formação, optar por disciplinas que possuem em suas ementas algum conteúdo de cunho social. Além disso, também pode buscar se envolver diretamente nos projetos de extensão.

O baixo grau de enfoque social do curso de Ciências Contábeis das instituições citadas vai ao encontro do resultado obtido por Andere e Araujo (2008), que indica o pouco incentivo à formação política e social dos futuros docentes nos Programas de Pós-Graduação (Stricto Sensu) na área contábil.

Todavia, é de competência dos departamentos e seus representantes a formulação da grade curricular do curso de Ciências Contábeis nas IES, dentro da liberdade a elas oferecida. Tendo ciência dessa flexibilidade, sugerem-se novas investigações que relacionem o poder dado aos departamentos e a cobrança por parte dos alunos para que seus cursos sejam realmente adequados às suas necessidades e às demandas sociais e mercadológicas. Recomenda-se também que seja avaliado se caberia ao próprio estudante o papel mais importante em sua formação social, diante de suas opções antes e durante o curso.

REFERÊNCIAS

- ANDERE, Maira Assaf; ARAUJO, Adriana Maria Procópio de. Aspectos da Formação do Professor de Ensino Superior de Ciências Contábeis: Uma Análise dos Programas de Pós-Graduação. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, SP, v. 19, n. 48, p. 91 – 102, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v19n48/v19n48a08.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2015.
- BRASIL. Lei nº. 1.401, de 31 de Julho de 1951. *Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de Historia Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuariais*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1401-31-julho-1951-375767-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 2 out. 2012.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO / CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. In: Câmara de Educação Superior. *Parecer nº. 776, de 03 de dezembro de 1997*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0776.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2012.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO / CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Institui as Diretrizes Nacionais Curriculares para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. *Resolução n. 10, de 16 de dezembro de 2004*. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior. Legislação Republicana Brasileira. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.
- CORRAR, Luiz J.; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Pesquisa Operacional para Decisão em Contabilidade e Administração – Contabilometria*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira; DEL PRETTE, Almir. Desenvolvimento interpessoal e educação escolar: o enfoque das habilidades sociais. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, SP, v. 6, n. 3, pp. 205-215, 1998. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v6n3/v6n3a05.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2012.
- EVANGELISTA, Márcia Helena de Andrade. *A Função Social da Universidade*. Unidade Universitária de Jaraguá, 2012.
- FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1987. *Documento Final*. In: GARRAFA, Volnei. Extensão: a universidade construindo saber e cidadania. Relatório de atividades 1987/1988. Brasília: Ed. UNB, 1989. 124 p.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados*. Disponível em <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2012.
- MIRANDA, Claudio de Souza; RICCIO, Edson Luiz; MIRANDA, Raissa Alvares de Matos. Panorama do Ensino da Contabilidade Gerencial no Brasil. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11, São Paulo, 2011. *Anais eletrônicos*, São Paulo: USP, 2011.
- PORTRONIERI, Fernanda Roberta Daniel da Silva; ELIAS, Rosane da Conceição; FONSECA, Alexandre Brasil C. da. A Importância das Disciplinas Sociais na Formação em Nutrição na Percepção dos Alunos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 7, Florianópolis, 2009. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: ABRAPEC, 2009. Disponível em: <<http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viienepec/pdfs/800.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2013.
- ROESH, Sylvania Maria Azevedo. *Projetos de estágio e de pesquisa em administração*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SEIXAS, Sandra Iara Lopes; CORRÊA, Terezinha de Jesus Sirotheau; NOGUEIRA, Caroline de Souza Fortuna. Atividades de Extensão no Aprimoramento do Processo Ensino-Aprendizagem na Formação de alunos do Projeto: “Curso de Atualização: Aspectos Morfofuncionais e Clínicos da Cabeça e Pescoço” na Universidade Federal Fluminense – UFF *UDESC em Ação*. Florianópolis, SC, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/udescemacao/article/viewFile/1738/1369>>. Acesso em: 2 abr. 2013.
- SILVA, Flora Moritz da. Ética para o desenvolvimento: a inclusão de conteúdos sociais na Faculdade de Ciências Econômicas da UNR. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 11 e CONGRESSO INTERNACIONAL IGLU, 2, Florianópolis, 2011. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: UFSC, 2011 Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/25918/1.14.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 out. 2012.
- TEIXEIRA, Ana Cristina Campos Prado; NAKAGAWA, Masayuki; GALEGALE, Napoleão Verardi; MARION, José Carlos. Estratégias de Utilização de “Atividades Complementares” nos Cursos de Ciências Contábeis. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12, São Paulo, 2012. *Anais eletrônicos...* São Paulo: USP, 2012.
- TEIXEIRA, Edinelza Gomes; TEIXEIRA, Marly Carneiro Sobral; VILAÇA, Patrícia Louise Araújo. Três perspectivas sobre um projeto de extensão universitária: sala de situação da criança e do adolescente. *Lato & Sensu*, Belém, PA, v. 4, n. 1, pp. 3-5, 2003.
- VERGARA, Sylvania Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.